


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0010706-76.2012.8.26.0566**

Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

RELATÓRIO

EDUARDO DE ALMEIDA PINTO propõe ação de indenização por danos materiais contra **ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA E MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS SP** aduzindo que é proprietário da motocicleta placas EHV-6452-São Carlos/SP e no dia 23/03/2012, por volta das 00h25min, trafegava pela via Miguel Petroni, sentido centro-bairro e não percebeu um desnível no leito carroçável que passava por recape, obra contratada pela Prefeitura e executada pela corrê Eng. e Com. Bandeirantes. Que chovia muito naquela noite e não havia sinalização. Que por conta do acidente sofreu escoriações pelo corpo e a motocicleta, avarias. Que a concessionária local apresentou um orçamento no valor de R\$ 7.498,88 para a troca das peças avariadas, mas por falta de condições financeiras preferiu efetuar apenas os reparos em outra empresa ao custo de R\$ 2.300,00. Requereu a condenação das rés ao pagamento do orçamento apresentado pela concessionária, uma vez que a importação das peças é de sua responsabilidade e ainda, ao pagamento desembolsado com a "restauração" da motocicleta, no total de R\$ 9.798,88. Juntou documentos (fls. 17/45).

Em audiência (fls. 52/53) a conciliação restou infrutífera. O Município não se fez presente ao ato.

A corrê Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda., apresentou contestação afirmando, a fls. 54/64, que (i) havia sinalização no local, inclusive por força de cláusula contratual com a Prefeitura (cones, faixas e placas); (ii) que o autor foi imprudente, imperito e negligente na condução de seu veículo já que era de seu conhecimento que a via se encontrava em obras; (iii) impugnou o orçamento apresentado e a nota fiscal de fls. 39 ante a ausência de descrição dos serviços executados; (iv) que não é concessionária de serviços públicos, apenas foi contratada pela Prefeitura. Juntou documentos (fls. 68/92).

O Município, a fls. 94/97, ofereceu contestação, fora do prazo, afirmando


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

que (a) houve culpa da vítima; (b) que a responsabilidade pela sinalização e ainda por eventuais indenizações, por força do contrato, são de responsabilidade da corrê Eng. e Com. Bandeirantes Ltda., sendo, portanto, o Município, parte ilegítima. Juntou documentos (fls.99/113).

Houve réplica (fls. 115/120).

A fls. 123, afastou-se a revelia e determinou-se a realização de prova pericial.

Laudo pericial a fls. 143/197, tendo as partes sobre ele se manifestado.

Laudo complementar a fls. 215/217.

A fls. 223/224, o autor deduziu novo pedido indenizatório.

Em continuidade ao saneador, a fls. 226, foi afastada a preliminar de ilegitimidade de parte apresentada pelo Município réu e designada audiência de conciliação e instrução.

A conciliação (fls. 251) restou infrutífera e foram ouvidas, 01 testemunha do autor, 01 testemunha do corréu Município. Designou-se novas datas para oitiva de outras testemunha arroladas pelo autor e pela corrê Engenharia.

Por mídia foram ouvidas: (a) Sandra Regina da Silva, arrolada pelo autor, e (b) Francisco Jose Petrucelli, arrolado pelo Município.

A testemunha **Sandra** (fls. 255), assim declarou: *"que trabalhava junto com o autor; que não viu o acidente, entretanto, na mesma noite, socorreu uma moça que se acidentou no mesmo local; que não havia qualquer sinalização, que garoava naquela noite; que existia um degrau na via e que o autor não viu porque era tudo negro e a roda da moto escorregou; que passou pelo local dirigindo seu carro e percebeu o desnível; declarou que no local há um poste de iluminação mas não soube dizer se antes ou depois do redutor de velocidade existente no local; que o acidente do autor foi antes de tal redutor; o acidente ocorreu após 00h30min porque o acidente dele foi depois do socorro da moça"*.

A testemunha **Francisco** (fls. 255) arrolada pelo Município, declarou que *"era agente de trânsito e acompanhava a realização daquelas obras; naquele dia passei pelo local não à trabalho, eu estudava na Unicep e passei pelo local por volta das 18h30min, a mesma placa que estava à uma da tarde estava lá as seis da*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

tarde, era uma placa laranja, escrito em preto com 1,5m a 1,80m de largura por 1,20m no máximo de altura, com os dizeres – motociclista cuidado, degrau na pista – e havia o desenho de uma moto; essa placa estava lá às 18h30min; era removível, apoiada num cavalete, do lado direito da via, no dia seguinte não passei por lá e não sei se a placa continuava no local; infelizmente é comum alguém retirar ou derrubar placas; eu tomei conhecimento do acidente somente depois da entrada do processo, pois me procuraram para saber se a placa estava lá, porque eu fui o último a sair de lá quando a via foi liberada, por volta de uma da tarde – a placa estava lá; desconheço outro acidente no local, porque eu trabalho até 13h30min e uma outra equipe depois, parece que o recape foi interrompido, por isso não tinha mais ninguém nosso lá, parece, não tenho certeza; nesse caso específico, durante o recape, a Miguel Petroni ficou interditada, o trânsito era desviado ali na altura do condomínio Santa Marta, à esquerda e a pessoa era obrigada a pegar a rua após a Miguel João para acessar os bairros do Santa Felícia e outros, porque aquele trecho estava interditado, eu não sei o horário exato em que foi liberado; as 18h30min estava liberado porque eu passei por lá; não me lembro se chovia, durante o dia não porque executaram a obra; quanto à iluminação é igual a toda via da cidade, nada além do que o normal; não sei dizer se o desnível era grande; o material para sinalização era fornecido pela empresa, mas a orientação de como fazer era nossa, muitas vezes nós é que fazemos por termos mais conhecimentos da via, do local, somos nós que distribuímos, muitas vezes essa sinalização; nesse dia eu não sei dizer quem fez o serviço de sinalização porque quando eu cheguei a placa já estava, isso no período da manhã, porque as 13h quando saí de lá a placa estava no local; a colocação eu acredito que tenha sido a Eng.Bandeirantes".

A fls. 310 foi ouvida a testemunha do autor, **João** Antonio Novais, e assim declarou: *"eu auxiliei ele, eu estava indo pra minha casa e vi que ele caiu com a moto e parei para auxiliar ele, que tava caído; havia um desnível no local; não tinha placa sinalizando; sou morador ali do bairro, eu tava indo pra minha casa, inclusive os meninos que estavam ali no Beatnicks falaram que uma menina tinha caído lá, ali é um problema, aquela lombada sem sinalização, tinha um desnível por causa das obras; não sei precisar se ele caiu no desnível ou na lombada; só sei que vi ele tombado ali e ele falou que tinha sido no desnível do asfalto; não vi se a velocidade, apenas vi que ele caiu, ele estava próximo da lombada, eu não estava a serviço naquele dia; ele estava indo bem na minha frente e vi quando ele caiu, eu*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

parei e um outro casal também parou para ajudar; a via tem iluminação pública; estava chovendo; era quase uma hora da manhã; não me recordo se foi chamado o SAMU; acho que vii que a moto tava funcionando, pegou e foi embora".

A fls. 330, foi ouvida a testemunha **Celso** Almeida Rabello, arrolada pela corrê Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda., sendo por ela afirmado, que *"trabalha com segurança e fazia a segurança das máquinas; as máquinas ficavam no Quebec, um condomínio próximo dali; passei por ali e não vi nada de diferente, normalmente a gente passa de duas a três vezes na noite; a ordem que a gente tinha era o seguinte – as máquinas ficavam fora da pista, no Quebec, ficava os cones as placas e quando nós passávamos por ali para olhar as máquinas, se tinha algum cone caído, alguma placa caída, a gente erguia e colocava lá, e normalmente se a gente vê alguma coisa, a gente comunicava que tava faltando alguma coisa, e não houve nada; é muito difícil encontrar cone ou placa caída, de vez em quando por causa do vento caía alguma; não me recordo de lombada no lugar, mas estava tendo o recapeamento; eles fazem uma capa por cima, mas normalmente está sinalizado, é uma via bem movimentada, o pessoal da Unicep passa ali direto; é uma via bem iluminada, tem os postes da Prefeitura; quando faz essa camada, eles colocam placas assim, cuidado, degrau, e uns cones assim ao redor; durante o dia havia o pessoal da Prefeitura – amarelinhos – fiscalizando a obra, ajudando na sinalização; não sei dizer o tamanho do degrau, mas era coisa pouca porque era uma capinha, a gente nem sente, não sei dizer o tamanho exato".*

A fls. 350/354, encontra-se transcrição da oitiva da testemunha **André** Nascimento, arrolada pela corrê Engenharia, afirmando que *"o local era sinalizado todo dia, a empresa tem a equipe de segurança do trabalho e no início da obra, soltavam a sinalização e no final do dia iam e colocavam a sinalização, ou seja, ficavam fixas durante o dia e não eram tiradas enquanto não terminasse aquele trecho; a sinalização era feita com cone e placas com os dizeres "obras", placas de desvio; a gente comunicava antes qual rua ia trabalhar porque o recape ocorria quase na cidade inteira, então tudo era muito bem sinalizado; era sinalizado quando havia desvio, degrau na pista, faixas da prefeitura, cones, era tudo sinalizado; havia seguranças da empresa que passavam checando; no próprio contrato com a Prefeitura havia a exigência da sinalização; quando a gente ia iniciar a obra num quarteirão, dois dias antes a Prefeitura passava de casa em casa avisando que ia ter obra naquele quarteirão, era tudo muito sinalizado e avisado;*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

naquela região as obras duraram de seis meses a um ano; fiquei sabendo do acidente no outro dia de manhã pelos "amarelinhos". Eles iam todo dia apoiar a gente, diziam como queriam os desvios; me disseram que chovia muito e que quando o moço foi passar por uma lombada, se perdeu e caiu; o degrau que fica na pista, quando fica é de uns 03cm e eu acredito que se a pessoa estiver em velocidade normal, não derruba ninguém; sempre no início das obras tinha a placa "obras à frente" e se tivesse degrau - "degrau na pista"; nunca era fechado mais que 700m, acredito eu que essa placa estava, do lugar que ele caiu, a uns 300 metros; atualmente trabalho na Maripav; essa empresa não tem contrato de parceira com a Eng.Bandeirantes nem com a Prefeitura de São Carlos".

Alegações finais a fls. 359/363 (autor); fls. 365/367 (Prefeitura) e fls. 369/375 (Engenharia).

FUNDAMENTAÇÃO

A ação é improdecente.

O requerimento de alteração do valor indenizatório, deduzido a fls. 223/224 e reiterado em alegações finais pelos autores, ocorreu após o saneador de fls. 123, e é portanto, indevido. A demanda foi estabilizada (art. 264, CPC - "Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei").

O laudo pericial foi categórico em afirmar que as avarias encontradas na motocicleta correspondem àquelas que ocorreriam em acidentes do tipo como narrado na inicial.

A ocorrência do fato não foi contestada pelas rés.

O cerne da questão está em se estabelecer se havia, ou não, sinalização suficiente no local a fim de garantir que acidentes não acontecessem.

As testemunhas do autor afirmam que no local não havia sinalização e que outro acidente ocorreu na mesma noite, pouco antes daquele que sofreu o autor.

Afirma ainda, a testemunha Sandra, que o autor não viu o degrau porque era tudo negro e a roda escorregou; que ela passou com o carro e percebeu o desnível; João, por sua vez, afirma que o autor vinha à sua frente e somente viu que ele tombou, ajudou-o a levantar e ele foi embora dirigindo sua moto.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Por outro lado, as testemunhas das rés afirmaram, de forma categórica, que a sinalização existia.

É das regras de experiência que as placas de sinalização são colocadas na lateral do leito carroçável, assim, as fotos juntadas pelo autor, na inicial, mostram a existência do recape, mas não demonstram a lateral, a calçada, onde tais placas deveriam estar, ou ainda, que elas lá não estavam.

A testemunha Francisco, agente de trânsito da corré Prefeitura, afirmou que as placas eram fornecidas pela empresa, mas os agentes é que faziam a sinalização, que trabalhou naquele dia, que a placa indicativa de degrau existia, que o local permaneceu interditado para a obra com o desvio do trânsito e só fora liberado no final da tarde. Afirma ainda que transitou por aquela via, no início da noite, e a sinalização lá permanecia.

O mesmo afirmou a testemunha Celso, arrolada pela corré Bandeirantes, trabalhador da área de segurança, que, entre suas obrigações, estava a de, verificando no local de uma obra, que uma placa ou um cone havia caído, deveria recolocá-lo no lugar, e que naquele local, não houve qualquer notícia de irregularidade: *"(...) passei por ali e não vi nada de diferente, normalmente a gente passa duas a três vezes na noite; a ordem que a gente tinha era o seguinte – as máquinas ficavam fora da pista, no Quebec, ficava os cones as placas e quando nós passávamos por ali para olhar as máquinas, se tinha algum cone caído, alguma placa caída, a gente erguia e colocava lá, e normalmente se a gente vê alguma coisa, a gente comunicava que tava faltando alguma coisa, e não houve nada; é muito difícil encontrar cone ou placa caída, de vez em quando por causa do vento caía alguma (...)".*

Ainda na mesma linha, a testemunha André afirmou que havia as placas de sinalização, até por obrigação contratual com a Prefeitura, e que recebiam auxílio dos agentes de trânsito local. Que o desnível em casos de recape, corresponde, em média, a 3cm e que em velocidade normal, não seria suficiente para derrubar o motociclista.

Assim, temos que para configurar-se a responsabilidade civil, necessário se faz estarem presentes, a conduta ilícita, o dano e o nexo de causalidade. A inexistência de quaisquer destes requisitos inviabiliza o dever de indenizar.

Frise-se que a controvérsia jurídica deve ser resolvida de acordo com a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

teoria subjetiva da culpa, porquanto a causa de pedir está relacionada com a suposta omissão das rés na adequada sinalização da obra, o que seria a causa eficiente para a ocorrência do evento noticiado nos autos.

Na hipótese dos autos não é possível verificar o indispensável nexo de causalidade entre o fato jurídico alegado e o prejuízo advindo como consequência do acidente, bem como, a culpa das rés, o que também não foi demonstrado.

Não há prova suficiente de que o sítio dos fatos efetivamente estivesse sem a devida sinalização.

Ainda que assim não fosse, a pretensão também não comportaria acolhimento, pois, a despeito da existência de obras no local dos fatos, a parte autora não estava atenta às deformidades da via pública quando em obras. Relata na inicial que o percurso era conhecido e de rotina. Também dos autos se extrai que "*a cidade toda estava em obras*", o que demandaria atenção maior, já que de conhecimento público.

Assim decidiu-se:

RECURSOS DE APELAÇÃO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DANOS MATERIAIS E MORAIS ATO ILÍCITO ACIDENTE DE VEÍCULO NA VIA PÚBLICA EM RAZÃO DE OMISSÃO DE ADEQUADA SINALIZAÇÃO DE OBRAS NO LOCAL - INOCORRÊNCIA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE E DE CULPA DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. 1. A responsabilidade, no caso, depende da demonstração do fato, nexo de causalidade e culpa da parte ré. 2. Não há nada nos autos indicando a alegada ausência de sinalização da obra e que tenha sido a causa eficiente do acidente. 3. Fato de terceiro e imperícia da parte autora na condução do veículo, evidenciados pela prova produzida. 4. Prova testemunhal que não comprovou a ocorrência do fato como descrito na petição inicial, não indicando culpa da parte ré no evento. 5. Dever de indenizar não configurado. 6. Partes que não litigaram de má-fé, restritas, as atuações processuais, à defesa das teses sustentadas. 7. Imposição indevida das penas respectivas. 8. Honorários advocatícios da parte denunciada à lide devidos pela parte denunciante, mesmo frente à improcedência da demanda. 9. Ônus que não pode ser carreado à parte autora em razão do princípio da causalidade. 10. Ação


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

julgada improcedente, com a imposição de multa por litigância de má-fé. 11. Sentença parcialmente reformada, apenas, para revogar a respectiva penalidade e reconhecer a ausência de indício de crime de falso testemunho, obstando a remessa de peças ao Ministério Público. 12. Recursos de apelação parcialmente providos. (TJ-SP/APL 0043002-59.2006.8.26.0309, 5ª Câmara de Direito Público, Rel. Francisco Bianco, j.24/06/2013)

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO improcedente a ação e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, além das verbas de sucumbência que fixo em R\$ 2.000,00, sendo R\$ 1.000,00 para cada ré, observada a AJG.

Oportunamente, arquivem-se.

P.R.I.

São Carlos, 15 de junho de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA